

I COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS - COJURIS -

Apresentação dos Trabalhos de **Conclusão de Curso**
dos Acadêmicos do **10º período do Curso de Direito**

OABRJ

41ª Subseção

WORLD PREMIER

NOV DE ALTERNET



FACULDADE DE
**MIGUEL
PEREIRA**



I COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS

31 DE MAIO A 01 DE JUNHO DE 2023

Comissão Organizadora

**Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves
Profa. Me. Lorena Braga Raposo
Prof. Me. Gabriel Silva Rezende**

**Editora da Universidade de Vassouras
Vassouras/RJ
2023**

© 2023 Universidade de Vassouras

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)

Adm. Gustavo de Oliveira Amaral

Superintendente Acadêmico da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)

Dr. Marco Antonio Soares de Souza

Diretor Geral da Faculdade de Miguel Pereira

M.S.c. Jesimar da Cruz Alves

Coordenador de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Miguel Pereira

M.S.c. Paulo Cesar Pereira

Coordenadora do Curso de Direito

M.S.c. Lorena Braga Raposo

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras

M. Sc. Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Diagramação

Luis Felipe Soares Gomes

Mariana Moss de Souza Macedo

Gabriel Silva Rezende

I Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (2023: Vassouras, RJ)

An131

Anais da I Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais / organizado por Jesimar da Cruz Alves, Lorena Braga Raposo, Gabriel Silva Rezende. – Vassouras, RJ : Universidade de Vassouras, 2023.

35 p.

Recurso eletrônico

Formato: E-book

Modo de acesso: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/PT/issue/view/268>

ISBN: 978-65-87918-58-7

1. Direito. 2. Pesquisa. 3. Jurídica. I. Alves, Jesimar Cruz. II. Raposo, Lorena Braga. III. Rezende, Gabriel Silva. IV. Universidade de Vassouras. V. Título.

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica Online – Universidade de Vassouras

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O texto é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras e da Faculdade de Miguel Pereira.

Membros do Comitê Científico

Prof. Me. Filipe da Silva Pinheiro

Prof. Me. Gabriel Silva Rezende

Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves

Prof. Me. Maria Fernanda Ricci

Profa. Me. Lorena Braga Raposo

Membros da Comissão Organizadora

Acad. de Direito Ana Fernanda S. Mendes

Acad. de Direito Ana Virginia B. de S. Teixeira

Acad. de Direito Angelica de Boni Costa

Acad. de Direito Bruno S. da Costa

Acad. de Direito Caio Cesar F. Costa

Acad. de Direito Dalila R. S. Augusto

Acad. de Direito Ediele da Silva Cusatis

Acad. de Direito Eulinda A. de M. Guedes

Acad. de Direito Jacqueline dos S. C. Lopes

Acad. de Direito João Pedro R. da Silva

Acad. de Direito Júlia P. Azevedo

Acad. de Direito Juliana N. de Souza

Acad. de Direito Karoline S. Oliveira

Acad. de Direito Kely Cristina da S. S. Baltar

Acad. de Direito Larissa dos Santos S. Almeida

Acad. de Direito Leandro C. da Silva

Acad. de Direito Letícia P. Ramos

Acad. de Direito Lívia A. Oliveira

Acad. de Direito Marcia Odarah

Acad. de Direito Maria Eduarda de Nonno

Acad. de Direito Michele A. de Souza

Acad. de Direito Milena S. G. Duarte

Acad. de Direito Monalisa Helena S. A. S de Oliveira

Acad. de Direito Otávio de O. Fortuna

Acad. de Direito Pedro Henrique S. Santos

Acad. de Direito Pedro M. da Silva

Acad. de Direito Rodolfo da Costa e Silva

Acad. de Direito Vanessa C. Caruzo

Acad. de Direito Verônica C. S. L. Moreira

Acad. de Direito Vinicius R. Esteves

Sumário

A Responsabilidade Civil dos Provedores de Aplicação nos Casos de Exposição Pornográfica não Consentida: como é tratada a pornografia de vingança no Brasil após o Marco Civil da Internet	6
Da Relevância do Planejamento Sucessório: estudo acerca da holding familiar	7
A Contratação Emergencial por Dispensa de Licitação em Função da Pandemia Provocada pelo Novo Coronavírus	8
Fraudes em Licitações Públicas: identificação e punição de agentes suscetíveis à manipulação de mercados	9
Propriedade e sustentabilidade: a importância da ecologização em prol da função socioambiental	10
Inventário Extrajudicial e Celeridade Processual diante da Existência de Testamento	11
A violência contra a mulher e as políticas públicas para seu enfrentamento no Estado do Rio de Janeiro	12
O Impacto da COVID-19 na Previdência Social	13
Violência Obstétrica: uma violação ao direito da mulher parturiente e as consequências da sua invisibilidade no Direito	14
Do Reconhecimento da Existência do Crime de Estupro em Ambiente Virtual pelos Tribunais Brasileiros.....	15
A Adoção de Crianças e Adolescentes: uma análise do procedimento jurídico e a morosidade no processo de adoção.....	16
Aplicabilidade da Prisão Civil do Devedor de Alimentos: uma análise da (in)eficácia e das medidas alternativas à luz do Código de Processo Civil.....	17
Impactos e Benefícios da Lei Lucas: análise à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente	18
O Estado Democrático de Direito e a Cidadania Política no Brasil: dos direitos constitucionais à representação participativa nos processos decisórios	19
SAP - A Síndrome da Alienação Parental	20
Georreferenciamento em Imóveis Urbanos: uma análise da regularização imobiliária urbana no município de Miguel Pereira (RJ).....	21
A Realidade do Sistema de Internação de Menores Infratores: um estudo de caso no Centro de Socioeducação em Volta Redonda/RJ.....	22
Adoção Tardia no Centro-Sul Fluminense: o direito à convivência familiar na perspectiva da constituição federal e do estatuto da criança e adolescente	23
No Limite da Liberdade de Expressão: uma análise dos lindes constitucionais e do papel exercido pelo Poder Judiciário no Inquérito das Fake News	24
Aspectos Jurídicos do Instituto da Adoção no Brasil e sua Realidade Processual no estado do Rio de Janeiro	25
Privação de Direitos Humanos e Ineficácia Prática do Sistema Prisional Brasileiro.....	26
Desafios e Avanços na Aplicação da Lei Maria da Penha durante a Pandemia do COVID-19: uma análise das políticas públicas implementadas no município de Miguel Pereira.....	27
Desapropriação por Finalidade Pública no Brasil: impactos socioeconômicos e políticas públicas de compensação e indenização.....	28
Revisão de IPTU Aplicados em Áreas de Favelização: formas de requisição no município de Duque de Caxias/RJ	29
O Papel do Programa Itinerante “DPU PARA TODOS” como Mecanismo de Acesso à Justiça Gratuita e Direitos Previdenciários na região Centro-Sul Fluminense	30
O Estado de Exceção nas Prisões Femininas no Estado do Rio de Janeiro: uma análise sobre políticas públicas e a ressocialização na população carcerária	31
O Deferimento de Medida Liminar pelo Poder Judiciário: uma análise das fundamentações jurídicas das decisões sobre o ingresso no ensino superior no Brasil.....	32
A Segurança Privada como Aliada ao Sistema de Segurança Pública no Combate à Criminalidade no estado do Rio de Janeiro	33
Artigo 1.913 do Código Civil Brasileiro: uma análise para releitura coerente à lógica dos demais artigos e dos princípios sucessórios	34
Vítimas de Pedofilia Virtual: da responsabilidade dos pais.....	35

A Responsabilidade Civil dos Provedores de Aplicação nos Casos de Exposição Pornográfica não Consentida: como é tratada a pornografia de vingança no Brasil após o Marco Civil da Internet

Alan Bispo de Araújo¹; Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci²

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade abordar a pornografia de vingança, assim entendida como a exposição pornográfica não consentida, muito comum na atualidade, especialmente em casos de final de relacionamento. A abordagem será voltada para a compreensão da responsabilidade civil dos provedores de internet. Para tanto é preciso, além de compreender o que é a pornografia de vingança, seu histórico, as formas como ocorrem e também os direitos afetados, ou seja, é preciso lançar um olhar sobre a vítima que tem a sua intimidade exposta. A fim de entender a responsabilidade civil dos provedores e a execução do direito de retirada do conteúdo pornográfico do ambiente virtual, é necessário abordar o Marco Civil da Internet, importante alteração legislativa, especialmente no que diz respeito à diferenciação dos provedores e a identificação da responsabilidade atribuída a eles. Também é preciso estudar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a fim de verificar sua compreensão sobre o tema.

Palavras-chave: Pornografia de Vingança; Provedores; Responsabilidade.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

E-mail: alanbispo1974@gmail.com

² Professora da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: mariafernanda.ricci@gmail.com

Da Relevância do Planejamento Sucessório: estudo acerca da holding familiar

Alexandre Lins¹; Rodrigo Ganhadeiro²

RESUMO: A propriedade é garantia fundamental, institucional e de acesso, instituto dotado de função social, e objeto de transações que constituem e mantém o funcionamento do mercado e do sistema capitalista. Com o advento da tecnologia, especialmente nos séculos XX e XXI, a facilitação de acesso a recursos aptos à satisfação das mais diversas demandas sociais gerou uma modificação nos hábitos de consumo e na forma de mercado. O objetivo deste artigo foi analisar o impacto da tecnologia e do acesso no instituto da propriedade, sob o prisma da função social, e sua influência nas transformações do mercado. A metodologia utilizada parte do método dedutivo, da análise de fatos históricos e contemporâneos e da pesquisa bibliográfica em artigos acadêmicos, livros e normas jurídicas concernentes ao tema. Tem como questão norteadora: como a função social da propriedade e o mercado foram afetados pela tecnologia? Em suma, de acordo com os conceitos apresentados, pode-se depreender, por meio deste trabalho, que muito embora a função social da propriedade tenha sido positivamente impactada pelo acesso, principalmente ao uso dos bens e serviços compartilhados, a tecnologia influenciou nas transformações do mercado que resultam na transição diacrônica de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado.

Palavras-chaves: Sucessões; Planejamento Sucessório; Holding familiar.

1 Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: linsalexandre@yahoo.com.br.

2 Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: ganhadeiro_adv@hotmail.com.

A Contratação Emergencial por Dispensa de Licitação em Função da Pandemia Provocada pelo Novo Coronavírus

Alexandro de Moura¹; Lorena Braga Raposo²

Resumo: O objetivo da presente pesquisa foi examinar os principais atributos das leis que regularam os processos licitatórios no Brasil no período da pandemia. Esta pesquisa teve também como objetivo identificar parecer distintos entre a Lei nº 8.666/1993 e as normas promulgadas no ano de 2020, Lei nº 13.979/2022 e Lei nº 14.035/2020, criadas especificamente para o enfrentamento emergencial à pandemia do Coronavírus, para se entender a real necessidade das mesmas. Era mesmo importante sancionar novas leis para o enfrentamento da crise? A Lei que já existia, Lei nº 8.666/1993, não era suficiente para atender a demanda? Essas perguntas foram base que essa pesquisa, que se esforçou para respondê-las avaliando benefícios das novas leis e se foram efetivas para a legislação brasileira no que tange a Administração Pública no momento da pandemia. Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica com abordagem exploratória, com estudo descritivo no âmbito das licitações e compras públicas. Para isso, foram pesquisados dados disponíveis em sites, legislações, artigos e livros, fazendo um levantamento de documentos que possam desburocratizar o processo de licitação, sem colocar um risco a integridade das Leis.

Palavras chaves: Processos licitatórios; Leis; Administração; Pandemia.

1 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

2 Professora da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

Fraudes em Licitações Públicas: identificação e punição de agentes suscetíveis à manipulação de mercados

Allana Mafra da Silva¹; Lorena Braga Raposo²

RESUMO: o presente trabalho tem por objetivo estudar as fraudes ocorridas em licitações públicas praticadas por pessoas jurídicas que exercem manipulação de mercado. Por isso, estuda-se o perfil destas empresas, as sanções previstas para seus comportamentos, bem como a evolução legal no que reporta à temática escolhida. Tem-se que a Administração Pública para cumprir com seus objetivos precisa realizar contratações, porém, a Constituição Federal exige que todo e qualquer ato da Administração prime e respeite vários princípios. Contudo, inexistiam regras e punições a serem aplicadas às pessoas jurídicas, o que facilitava a ocorrência da corrupção, evento que compromete sobremaneira a imagem do Estado e os direitos dos administrados. Em razão disso, o legislador buscou inovar e modernizar o ordenamento, de modo a conferir maior ética e moralidade aos contratos públicos e licitações. Neste cenário surge a Lei Anticorrupção que cuida da responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas que praticam atos que lesem a Administração Pública. Posteriormente, editou-se a Lei nº 14.133/2021, conhecida com Nova Lei de Licitações. Além de regulamentar o processo licitatório, referida lei representa uma verdadeira mudança de paradigmas. Neste contexto, ganha relevo os programas de compliance, termo emprestado da língua inglesa para designar os programas de integridade.

Palavras-chave: Administração Pública; Fraude; Corrupção; Compliance

1 Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: allanamfra@gmail.com.

2 Professora Me. do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: dralorenabraga@gmail.com.

Propriedade e sustentabilidade: a importância da ecologização em prol da função socioambiental

Aluizio Fernandes de Queiroz¹; Gustavo Abranches Bueno Sabino²

RESUMO: A função socioambiental da propriedade se refere ao papel e à responsabilidade das atividades humanas em relação à sociedade e ao meio ambiente, buscando promover o bem-estar social e a proteção ambiental, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Essa função busca garantir que as atividades humanas sejam realizadas de forma responsável e sustentável, considerando os impactos sociais, econômicos e ambientais envolvidos em cada atividade. A ecologização é o método pelo qual são adotadas práticas e tecnologias que visam à proteção e preservação do meio ambiente, de forma a minimizar os impactos negativos das atividades humanas sobre os ecossistemas. Trata-se de um processo de conscientização e de mudança de comportamento, em que se busca promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Essa prática envolve o uso racional dos recursos naturais, o planejamento ecológico das atividades produtivas, a reciclagem e reutilização de materiais, a gestão adequada de resíduos e o respeito aos limites da natureza, se mostrando como uma excelente ferramenta para promover a harmonia entre a atividade humana e o meio ambiente, de forma a garantir a qualidade de vida da população e a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Diante do exposto, o presente trabalho propôs trazer uma análise sobre a importância da função socioambiental da propriedade em prol da sustentabilidade, traçando um paralelo entre a adoção de medidas para o uso da propriedade de forma sustentável e a legislação atual pertinente ao assunto.

Palavras-chave: Ecologização; Meio Ambiente; Função Socioambiental.

1 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

E-mail: aluizioqueiroz@hotmail.com

2 Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

E-mail: gustavoabs2015@gmail.com

Inventário Extrajudicial e Celeridade Processual diante da Existência de Testamento

Ana Paula Rodrigues da Silva Abreu¹; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro²

RESUMO: Primeiramente, cumpre salientar que a principal metodologia utilizada na confecção da pesquisa terá natureza de revisão bibliográfica. Ainda, a pesquisa será realizada seguindo-se o método descritivo, que consiste na descrição do fenômeno analisado e estabelece uma conexão entre as variáveis atinentes à temática. Neste caso, o fenômeno analisado é a possibilidade de aplicação de inventário extrajudicial em caso de testamento preexistente e como tal figura atua na promoção da garantia da celeridade processual, tão importante para o ordenamento jurídico pátrio. A pesquisa, também, utilizará o método qualitativo para produção do conhecimento científico. Isto quer dizer que, com a pesquisa, não se buscará obter números, estatísticas ou soluções precisas sobre a temática, mas, sim, se buscará a exposição do problema e o apontamento de algumas questões, nem sempre, previsíveis, que apontam um resultado geral à temática desenvolvida. Para tanto, se utilizará o procedimento de pesquisa bibliográfica, buscando em livros, artigos científicos, legislações e demais fontes ligadas ao tema, e que apresentem relevância para a produção do conhecimento científico desejado, buscando esgotar o assunto abordado.

Palavras-Chave: Testamento; Inventário Extrajudicial; Celeridade.

1 Discente do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Rio de Janeiro. E-mail: ap.abreu@yahoo.com.br

2 Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Vassouras; docente do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Rio de Janeiro. E-mail: ganhadeiro_adv@hotmail.com

A violência contra a mulher e as políticas públicas para seu enfrentamento no Estado do Rio de Janeiro

André Luís Nascimento Oliveira¹; Lorena Braga Raposo²

RESUMO: O presente trabalho possui como escopo a contextualização da violência contra a mulher. Examinando, deste modo, os fatores de risco, as consequências individuais e coletivas da violência no âmbito da família, por força da sociedade atual. Também objetivou fazer uma análise crítica no que tange a importância das políticas públicas na sua prevenção. O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos, sendo o primeiro destinado a fazer uma abordagem conceitual a respeito da violência doméstica contra a mulher, o segundo efetuou-se um cortejo de situações envolvendo as políticas públicas que podem vir a prevenir situações que deixem a mulher em perigo e, por fim, no último capítulo destinado a fazer uma apresentação dos dados estatísticos da violência contra mulher disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Violência contra mulher; Políticas Públicas; Prevenção.

¹Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

² Professora Me. do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: dralorenabraga@gmail.com.

O Impacto da COVID-19 na Previdência Social

Angela Ker Satler¹; Ana Luíza Lima Rocha²

RESUMO: A pandemia do Coronavírus deixou um saldo devastador na saúde financeira do Estado e, conseqüentemente de suas instituições. O presente trabalho deseja compreender, especificamente, as conseqüências dessa crise perante a seguridade social, buscando entender o funcionamento e a importância do instituto, bem como suas possíveis fragilidades; as formas com as quais o Estado buscou se recuperar e os impactos definitivos para o futuro, diante de uma crise que definitivamente mudou a forma como são encaradas as formas de assistência aos indivíduos.

Palavras-chave: Coronavírus; Seguridade Social; Crise; Perspectivas futuras.

1 Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

2 Professora Mestra do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

Violência Obstétrica: uma violação ao direito da mulher parturiente e as consequências da sua invisibilidade no Direito

Bruna Guedes Proença de Azevedo¹; Lorena Braga Raposo²

RESUMO: Os atos de violência obstétrica são compostos não apenas por atos de comissão, mas também por atos de omissão e retenção. Portanto, todos os envolvidos, incluindo profissionais de saúde e a sociedade em geral, devem examinar seus próprios comportamentos e atitudes. Embora muitos não desejem ferir ou prejudicar outras pessoas, é possível perpetuar normas e valores que violam os princípios de respeito, dignidade e igualdade, tornando-se vetores de violência. Este artigo aborda a violência obstétrica no Brasil, problema que muitas instituições de saúde negam e que envolve o bullying e coerção de mulheres grávidas durante o parto por profissionais de saúde. A violência obstétrica é uma violação dos direitos humanos das mulheres e deve ser tratada como tal. O estudo busca compreender a tipificação da violência obstétrica no ordenamento jurídico interno, examinar os maus-tratos nos serviços de saúde sexual e reprodutiva como uma violação intersetorial dos direitos humanos e fornece recomendações de políticas para garantir cuidados maternos respeitosos para todos.

Palavras-chave: Violência Obstétrica; Direitos Humanos; Saúde Sexual e Reprodutiva; Cuidados Maternos; Brasil.

¹Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

E-mail: brunagpa21@gmail.com

² Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

E-mail: dralorenabraga@gmail.com

Do Reconhecimento da Existência do Crime de Estupro em Ambiente Virtual pelos Tribunais Brasileiros

Camila Menezes Dantas¹; Lorena Braga Raposo²

RESUMO: A violência contra a mulher é um problema social e de saúde pública que afeta milhões de mulheres em todo o mundo. Com o objetivo de entender a problemática e as possíveis soluções, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangendo leis, estudos e dados relacionados ao tema. Os resultados mostram que a violência contra a mulher está enraizada em questões culturais, sociais e estruturais, e que sua prevenção e combate exigem ações interdisciplinares, envolvendo políticas públicas, educação e conscientização da sociedade. Além disso, a pesquisa também apontou as limitações e dificuldades encontradas durante o processo, como a falta de dados e informações precisas, a complexidade da temática e a necessidade de aprimoramento das metodologias de pesquisa.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Gênero; Políticas Públicas; Prevenção; Combate.

1 Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.
E-mail: camilanick02@yahoo.com.br

2 Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.
E-mail: dralorenabraga@gmail.com

A Adoção de Crianças e Adolescentes: uma análise do procedimento jurídico e a morosidade no processo de adoção

Carina Paes Leme de Souza¹; Fernanda Caraline²

RESUMO: A adoção vista por um prisma psicológico representa um ato de amor. Entretanto, não é somente de amor que ela trata. Adotar é um ato jurídico que compreende em oferecer a uma criança ou adolescente um lar e direitos garantidos por lei, bem como um filho biológico. O trabalho tem por objetivo principal apresentar os fatores que causam a morosidade no processo de adoção. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica onde foi possível compreender melhor como se dá o processo de adoção no Brasil e os principais fatores que levam a sua lentidão. A partir da pesquisa foi apresentado o perfil das famílias adotantes, suas motivações e o perfil idealizado; foi exposto ainda o termo adoção e suas disposições históricas e, por fim, a relação entre a preferência dos adotantes e a morosidade no processo, além de outros fatores que causam a lentidão na adoção. Em suma, a morosidade no processo de adoção não pode ser atribuída a apenas um fator e os prejuízos causados à criança ou adolescente podem ser irreversíveis, provocando em alguns casos a desistência da adoção.

Palavras-chave: Adoção. Preferência dos Adotantes. Estatuto da Criança e do Adolescente. Destituição Familiar. Morosidade de Justiça.

1 Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

2 Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

Aplicabilidade da Prisão Civil do Devedor de Alimentos: uma análise da (in)eficácia e das medidas alternativas à luz do Código de Processo Civil

Carmem Lucia de Oliveira¹; Gabriel Silva Rezende²

RESUMO: O presente artigo visa analisar a eficácia da prisão civil do devedor de alimentos que tem previsão na Constituição Federal, art. 5º LXVII, sendo a única exceção de prisão por dívida, igualmente versado ao Pacto de São José da Costa Rica, no art. 7º, item 7, fazendo-se este o modo de coerção para garantir o pagamento das prestações vencidas do alimentado. O objetivo do estudo foi analisar a efetividade real da prisão do devedor de alimentos e a utilização do artigo 139 do Código de Processo Civil. Para isso, foi utilizada, enquanto processo metodológico, a pesquisa bibliográfica, não somente de revistas científicas e artigos jurídicos, mas também de jurisprudências e doutrinas, bem como dados estatísticos do Tribunal de Justiça da Vara Única da Comarca de Miguel Pereira. A partir da análise de dados coletados, pudemos considerar que a prisão civil é ineficaz, tendo em vista que impossibilita o devedor de laborar e, conseqüentemente, obter renda para fornecer ao credor, dessa forma, não garantindo o pagamento da dívida. De outro modo, verificamos que a prisão civil apenas pune o alimentante, mas não é uma medida eficaz para o alimentado. Mostrando-se necessária a adoção de medidas alternativas como protesto da dívida, suspensão da CNH e passaporte, inscrição do devedor no SPC e SERASA. Tal como previsto no artigo 139, IV do CPC, já que este concede ao magistrado uma liberdade de determinar quaisquer medidas que achar necessárias para assegurar o cumprimento da obrigação.

Palavras-chave: Devedor de Alimentos; Prisão Civil; Código de Processo Civil; Eficácia.

1 Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

2 Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

Impactos e Benefícios da Lei Lucas: análise à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente

Cintia Avelar de Medeiros Imata¹; Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci²

RESUMO: o presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos e benefícios causados pela entrada em vigor da Lei 13722/18, sancionada no dia 04/10/2018, mais conhecida como Lei Lucas, no Brasil. Esta lei impõe a capacitação em primeiros socorros a profissionais de instituições de ensino e de recreação infantil. Criada em homenagem à história do aluno Lucas, que morreu engasgado durante um passeio da escola, o dispositivo legal supracitado visa prevenir a morte de crianças e adolescentes no ambiente escolar. Isto se deve ao fato de que, se socorrido a tempo, Lucas teria mais chances de sobreviver. Portanto, a lei busca primar pela efetivação dos direitos constitucionais à vida, saúde e educação. Desta forma, toda a pesquisa foi realizada à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação especial que confere maior e mais eficaz proteção a estes seres humanos ainda em formação e que, em função disso, são mais vulneráveis. No ordenamento jurídico pátrio, as instituições públicas e privadas de ensino são responsáveis pela segurança e pela vida, integridade física e psicológica de seus alunos. Sendo assim, a Lei de Lucas contribui para a concretização da proteção integral à criança e ao adolescente, haja vista que prepara os profissionais a prestarem socorro básico aos alunos até que o socorro profissional possa assumir o caso. Embora pareça simples, atitudes como essas podem evitar a morte e o agravamento do quadro de saúde do aluno.

Palavras-chave: Lei Lucas; Direito à Vida; Direito à Saúde; Direito à Educação; Estatuto da Criança e do Adolescente.

1 Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: cintia_avelardemedeiros@hotmail.com.

2 Professora Me. do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: mariafernanda.ricci@gmail.com.

O Estado Democrático de Direito e a Cidadania Política no Brasil: dos direitos constitucionais à representação participativa nos processos decisórios

Dejair Lopes Rêgo Pereira¹; Gabriel Silva Rezende²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo compreender quais foram os processos históricos, constitucionais e sociopolíticos que, ao longo da democracia brasileira, limitaram a real participação cidadã na tomada de decisões da cidadania política e do exercício de direitos frente ao Estado Democrático. Para isso, através da pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, baseado na revisão de literatura, com a busca de informações em livros, artigos científicos e demais documentos relevantes à temática proposta. Veremos que a participação popular, mesmo sendo um processo basilar da consolidação democrática, é um desafio a ser enfrentado para garantir a efetiva participação dos cidadãos na política brasileira, por estarem arraigados ao próprio processo histórico e da cultura política. Dessa forma, os resultados obtidos mostram que a participação cidadã na política é essencial para o fortalecimento da democracia e para a melhoria da qualidade da vida política e social no Brasil. No entanto, a realidade brasileira é que ainda há muitos desafios a serem superados para que a participação cidadã se efetive de fato. A falta de confiança nas instituições políticas, a falta de informação sobre o processo político e mesmo a cultura de desinteresse pela política podem ser citadas como algumas das barreiras que impedem a participação dos cidadãos. Apresentamos, como ponto de viragem, a necessidade de projetos como o Projeto STF na Escola, desenvolvido pelo Superior Tribunal de Justiça, e Projeto Eleitor do Futuro, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que tem como objetivo promover a conscientização política entre jovens e adolescentes.

Palavras-chave: Participação; Política; Cidadania; Democracia; Representatividade.

1 Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

2 Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

SAP - A Síndrome da Alienação Parental

Ederson Cardoso Teixeira ¹; Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci²

RESUMO: este trabalho tem por objetivo discutir a alienação parental sob o ponto de vista dos efeitos e sequelas por ela causados, a fim de verificar sua gravidade e, assim, poder compreender se o ordenamento jurídico tem sido eficaz em sua prevenção e combate. Deve-se salientar que se trata de um fenômeno juridicamente novo e que, por isso, vem sendo estudado por diversos pesquisadores das ciências jurídicas e psicológicas. No ordenamento pátrio, o tema ganhou significativo destaque com a Lei nº 12.318 de 2010 que buscou regulamentar a matéria de maneira clara e evidente, demonstrando todo o zelo que o legislativo teve com um tema tão sensível. Buscou a lei conferir efetividade aos princípios da proteção integral e do melhor interesse das crianças e adolescentes, colocando-os a salvo de atos que podem macular toda a vida deles, comprometendo sobremaneira sua emancipação e desenvolvimento pleno.

Palavras-chave: Alienação Parental. Genitores. Família.

1 Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: ederdiaeconobeatriz@gmail.com.

2 Professora Me. do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: mariafernanda.ricci@gmail.com

Georreferenciamento em Imóveis Urbanos: uma análise da regularização imobiliária urbana no município de Miguel Pereira (RJ)

Flávia Leite Monsores¹; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro²

RESUMO: A ausência de legislação avançada e a falta de recursos tecnológicos resultam em fiscalização e controle ineficientes das Secretarias Municipais, levando a problemas como conflitos de vizinhança, ordenamento irregular do solo urbano, parcelamento inadequado do solo urbano e tributação ineficiente. Para minimizar essas problemáticas, a pesquisa propõe o uso do georreferenciamento como instrumento de regularização imobiliária urbana e a implementação de um cadastro único multidisciplinar. Isso reduziria a judicialização de conflitos de vizinhança, facilitaria o ordenamento urbano, a regularização imobiliária e a atualização de matrículas e cadastros imobiliários, além de aumentar a arrecadação municipal. A proposta inclui a integração dos cadastros municipais com base em um sistema de georreferenciamento de imóveis urbanos e a atualização legislativa municipal para absorver as novas tecnologias. Os objetivos específicos incluem a apresentação de uma nova abordagem de dados georreferenciados para o município de Miguel Pereira, RJ, a identificação das vantagens do uso de uma base de dados georreferenciados e a demonstração de como o georreferenciamento pode impactar os Direitos de Vizinhança no âmbito do Direito Civil, assim como a fiscalização por parte dos órgãos municipais. A demora na análise de projetos pelos órgãos municipais representa um risco para a ocupação irregular do solo e para conflitos de vizinhança. A falta de uma base abrangente de dados municipais de limites de propriedades urbanas dificulta a fiscalização de novos empreendimentos imobiliários e implica na forma como os proprietários ocupam esses espaços, representando um desafio para o município que ainda depende de um monitoramento precário. A integração institucional dos cadastros municipais no sistema de georreferenciamento proposto resultaria em um controle imobiliário mais eficaz, rápido e seguro.

Palavras-chave: Georreferenciamento; Imóveis Urbanos; Regularização Imobiliária

1 Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade de Miguel Pereira/Miguel Pereira/RJ/Brasil.

E-mail: flavia_lmonsosores@hotmail.com

2 Mestre em Ciências Ambientais, Faculdade de Miguel Pereira/Miguel Pereira/RJ/Brasil.

E-mail: ganhadeiro_adv@hotmail.com

A Realidade do Sistema de Internação de Menores Infratores: um estudo de caso no Centro de Socioeducação em Volta Redonda/RJ

Gabriel Santos Afonso¹; Gustavo Abranches Bueno Sabino²

RESUMO: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza que os adolescentes que cometem atos infracionais devem ser responsabilizados por sua prática por meio de medidas socioeducativas, sendo o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) o órgão responsável pela execução das medidas de restrição e privação de liberdade, devendo sua estrutura favorecer a ressocialização e construção de novos projetos de vida. Assim, este artigo tem como objetivo entender a realidade da execução das medidas socioeducativas efetuadas DEGASE, visto que reflete na reincidência da prática do ato infracional pelo menor. Para isso, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e a aplicação de um questionário para um servidor do Centro de Socioeducação Irmã Assunción de La Gándara Ustara, unidade localizada na cidade de Volta Redonda, vinculada ao DEGASE. Por meio deste estudo, foi possível identificar o perfil socioeconômico dos menores infratores, bem como a estrutura oferecida pela unidade e as ações e atividades realizadas, observando-se que alguns desses fatores dificultam a ressocialização do menor e que as medidas socioeducativas adotadas se mostram ineficazes.

Palavras-Chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Medidas Socioeducativas; Departamento Geral de Ações Socioeducativas; Centro de Socioeducação.

1 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.
E-mail: gabriel.santos.afonso@gmail.com.

2 Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.
E-mail: gustavoabs2015@gmail.com.

Adoção Tardia no Centro-Sul Fluminense: o direito à convivência familiar na perspectiva da constituição federal e do estatuto da criança e adolescente

Gabriela Sousa Vieira¹; Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci²

RESUMO: o presente trabalho tem por finalidade discutir a adoção tardia. Com fundamento na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, busca-se verificar o que o Direito pode fazer a fim de assegurar que as crianças e adolescentes acolhidos tenham efetivados o direito ao convívio familiar e comunitário. A fim de delimitar o espaço geográfico, escolheu-se a região Centro-Sul Fluminense para realizar a pesquisa, o que possibilitou o acesso a dados acerca do número de casas de acolhimento, bem como de crianças acolhidas e de quais delas estão aptas à adoção. Pode-se verificar quantos são os pretendentes e o perfil das crianças escolhidas, além de se poder constatar que existem crianças acolhidas há mais de cinco anos e outras que foram acolhidas novamente após a reinserção familiar não ter êxito. Com base nesta realidade, foi possível constatar que para muitas crianças e adolescentes abrigados, o direito a ter uma família está bastante distante da realidade. Neste cenário, é imperioso que o legislador, enquanto representante do povo, possa repensar o instituto da adoção e seus requisitos, do contrário, a realidade não será modificada, ainda que alguns órgãos do Poder Judiciário se empenhem, seja promovendo campanhas ou programas para promover a adoção.

Palavras-chave: Adoção Tardia; Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Centro-Sul Fluminense; Estatuto da Criança e do Adolescente.

1 Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: gaby.vieira86@gmail.com.

2 Professora Me. do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: mariafernanda.ricci@gmail.com.

No Limite da Liberdade de Expressão: uma análise dos limites constitucionais e do papel exercido pelo Poder Judiciário no Inquérito das Fake News

Heitor Gomes da Conceição¹; Gabriel Silva Rezende²

RESUMO: As *fake news* existem desde os primórdios da humanidade, uma vez que a desinformação é uma tática extremamente efetiva para se angariar apoio popular à uma causa. Contudo, em um Estado Democrático de Direito, o direito à informação correta para a formação de opinião quanto aos representantes a serem eleitos é de basilar importância para a manutenção deste próprio sistema de governo. Desta maneira, foi realizada pesquisa de revisão bibliográfica, na qual legislação, doutrina e jurisprudência foram utilizadas de maneira a se compreender a distinção entre liberdade de expressão na norma jurídica e *fake News*, identificar o que foi caracterizado como *fake News* e liberdade de expressão no Inquérito 478, avaliar o papel do Poder Judiciário no combate às desinformações e as consequências do Inquérito no âmbito sociojurídico. Por fim, foi possível concluir que a atuação do Poder Judiciário diante das *Fake News* deve ser orientada por uma análise individualizada de cada caso, a fim de garantir que as medidas aplicadas sejam adequadas e proporcionais à gravidade da ofensa jurídica decorrente da notícia falsa, considerando as circunstâncias específicas de cada caso, como o contexto em que a notícia foi divulgada, o alcance da sua disseminação e as consequências provocadas. Isso é fundamental para evitar medidas excessivas ou inadequadas que possam prejudicar a liberdade de expressão e a proteção dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Fake News; Inquérito 4781 - STF; Estado Democrático de Direito; Direito à Informação; Mitigação de Direitos e Garantias Fundamentais.

¹Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.
E-mail: heitorgdc@gmail.com

²Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: gabril.rezende@univassouras.edu.br

Aspectos Jurídicos do Instituto da Adoção no Brasil e sua Realidade Processual no estado do Rio de Janeiro

Igor Laport Santos¹; Ana Morena Sayão Capute Nunes²

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo descrever os aspectos jurídicos do instituto da adoção no Brasil e sua realidade processual no Estado do Rio de Janeiro, oferecendo conhecimento técnico sobre o tema, a partir de análise crítico-descritiva acerca dos principais referenciais teóricos e dos elementos legais e pragmáticos pertinentes, permitindo reflexões acerca dos motivos envolvidos na demora da conclusão do processo adotivo. Será avaliado se a justificativa para morosidade decorre da atuação exclusiva do Poder Judiciário ou se as escolhas dos pretendentes à adoção também são relevantes para determinar o tempo de espera. Para tanto, serão examinados conceitos doutrinários, os tipos de adoção mais praticados, aspectos procedimentais legalmente previstos, bem como dados estatísticos sobre o perfil de crianças disponíveis para adoção e sobre o perfil desejado pelos pretendentes adotantes. Com base nos dados extraídos do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que permitirão uma compreensão mais aprofundada da realidade estrutural desta temática no contexto fluminense, será verificada a participação do Poder Judiciário na morosidade processual das adoções, demonstrando se a existência de Varas Especializadas contribui ou não para o andamento mais célere dessas demandas judiciais. Por fim, será revelado por que ainda se observa grande contingente de crianças acolhidas, em que pese haja tantos pretendentes à adoção habilitados, esmiuçando-se em que medida os desejos pessoais dos pretendentes adotantes representam fator significativo, senão principal, para a demora na conclusão das adoções.

Palavras-Chave: Crianças; Adoção; Pretendentes; Perfil; Demora.

1 Graduando do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira (FAMIPE), Miguel Pereira, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: igorlaport@outlook.com.

2 Professora da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

Privação de Direitos Humanos e Ineficácia Prática do Sistema Prisional Brasileiro

Janaina Nascimento Gomes¹; Anderson Rocha Rodrigues²

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo investigar a aplicação prática da execução penal no Brasil, analisando o grau de dificuldade e a realidade sobre a possibilidade de ressocialização do sujeito cometedor de crimes que é submetido à prisão. Utilizando-se do método dedutivo, com pesquisa bibliográfica em artigos, livros e documento relevante à temática, se abordará o histórico de evolução das penas, o surgimento do sistema prisional, analisando seu histórico nas leis brasileiras e apontando suas falhas. O trabalho, também, fará considerações críticas sobre a aplicação prática desse sistema no Brasil, analisando quais as dificuldades enfrentadas pela lei e pelos aplicadores do Direito na efetivação de uma das funções precípuas da pena, qual seja, a de ressocializar o apenado. O trabalho observará os direitos do apenado e analisará se tais direitos vêm sendo efetivamente cumpridos na prática, como são previstos na teoria. A pesquisa apontará as principais falhas do sistema vigente, tais como a superlotação, a higiene precária e a falta de cuidados médicos, e discorrerá sobre a desigualdade como fator impulsionador da criminalidade, bem como também tratará de explicitar algumas políticas públicas relevantes ao tema e de dar sugestões singelas que atuariam de forma positiva na resolução da situação apresentada.

Palavras-Chave: Execução Penal; Ressocialização; Apenado; Cárcere.

1 Graduanda do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira (FAMIPE), Miguel Pereira, Rio de Janeiro, Brasil.

2 Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

Desafios e Avanços na Aplicação da Lei Maria da Penha durante a Pandemia do COVID-19: uma análise das políticas públicas implementadas no município de Miguel Pereira

Jéssica Villa Nova da Silva¹; Anderson Rocha²

RESUMO: Durante a pandemia da Covid-19 as incertezas predominaram no cotidiano das pessoas e a primeira e racional alternativa para evitar o contágio deu-se pelo isolamento social. Com ele ocorreu uma grande mudança no dia a dia das pessoas, que ficaram reclusas em suas casas, fato que propiciou o estresse e conflitos. O mesmo cenário acabou por limitar que as vítimas de violência doméstica procurassem assistência. O presente artigo pretende analisar os desafios e avanços na aplicação da Lei Maria da Penha durante a pandemia do COVID-19, com abordagem nas políticas públicas adotadas para proteger mulheres vítimas de violência doméstica em Miguel Pereira, interior do Rio de Janeiro, tendo em vista que, durante este evento catastrófico, intensificaram a violência doméstica em escala mundial, o que torna a análise das políticas públicas criadas para combater esse problema ainda mais relevante, especialmente em locais mais afastados dos grandes centros urbanos. A metodologia utilizada consistiu no estudo bibliográfico, como artigos acerca do tema e pesquisa na Casa do Direito da Mulher Daniella Perez, em Miguel Pereira, coletando dados sobre o funcionamento da instituição e a eficácia das políticas públicas integradas. Os resultados apontam que o referido centro de atendimentos às mulheres é uma alternativa para acolhimento e proteção das vítimas, oferecendo atendimento psicológico, jurídico e social. As políticas adotadas em Miguel Pereira demonstraram-se eficazes no combate à violência doméstica durante a pandemia, especialmente em relação à prevenção e conscientização da sociedade sobre o problema, servindo de modelo para outras cidades.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Lei Maria da Penha; Casa do Direito da Mulher em Miguel Pereira.

1 Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

E-mail: jessicahistoriadora@gmail.com

2 Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

E-mail: profandersonrocharodrigues@gmail.com

Desapropriação por Finalidade Pública no Brasil: impactos socioeconômicos e políticas públicas de compensação e indenização

João Felipe Castilho¹; Rafael Bezerra de Souza Moreira²

Resumo: A desapropriação por finalidade pública é uma prática legal e necessária no Brasil, mas que pode gerar conflitos e violações de direitos fundamentais. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos socioeconômicos da desapropriação por finalidade pública para os proprietários afetados e as comunidades locais, bem como as políticas públicas de compensação e indenização implementadas. Para isso, será realizada uma revisão sistemática da literatura e análise documental de casos de desapropriação por finalidade pública no Brasil. A pesquisa tem abordagem qualitativa e utilizará o método de análise de conteúdo. A inovação científica deste estudo está na análise da efetividade dos procedimentos adotados para minimizar os prejuízos aos indivíduos afetados e na identificação de pontos de melhoria nos procedimentos adotados.

Palavras-chave: Desapropriação por Finalidade Pública; Políticas Públicas; Impactos Socioeconômicos; Compensação; Indenização.

1 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

2 Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

Revisão de IPTU Aplicados em Áreas de Favelização: formas de requisição no município de Duque de Caxias/RJ.

José Carlos Dias¹; Renan Aguiar²

RESUMO: O Imposto Predial Territorial Urbano é um tributo municipal que tem como um dos seus objetivos a aplicação na infraestrutura da cidade, promovendo saneamento básico, pavimentação e segurança. O crescimento da população de forma desordenada nos bairros propiciou a criação de áreas de favela no município de Duque de Caxias/RJ. Esse processo de favelização fez com que muitas áreas tivessem reduzido a ação estatal, o que permitiu o sucateamento da região e o crescimento de poder paralelo, que tem como consequência a diminuição do valor dos imóveis que ali estão situados. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo a descrição das formas de requerimento de isenção/redução do IPTU no município de Duque de Caxias.

Palavras-chave: Favelização; IPTU; Duque de Caxias.

1 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

E-mail: j.carlosdias@est.oabRJ.org.br

2 Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

E-mail: renan.aguiar@aguiar.rio.br

O Papel do Programa Itinerante “DPU PARA TODOS” como Mecanismo de Acesso à Justiça Gratuita e Direitos Previdenciários na região Centro-Sul Fluminense

Luciana Barile de Carvalho¹; Ana Luiza da Rocha Lima²

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo, descrever o programa itinerante “DPU para todos” da Defensoria Pública da União, como mecanismo de acesso à justiça gratuita e aos direitos previdenciários destinados aos cidadãos hipossuficientes, da Região Centro-sul Fluminense. Assim, partindo de uma pesquisa inicialmente indutiva, realizamos uma aproximação com o programa, através de revisões bibliográficas, coleta de dados estatísticos, além da participação da autora nas ações. Assim, buscamos compreender como é feita a garantia do acesso a esses direitos, identificando as peculiaridades locais que dificultavam o acesso ao programa, por meio de um intenso trabalho descritivo e analítico para a compreensão do funcionamento do programa, bem como a identificação de seus obstáculos, dificuldades e impedimentos para um entendimento global do acesso à justiça e em como proceder para sua constante ampliação.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; Ações Itinerantes; Cidadania; Defensoria Pública; Direitos Previdenciários.

1 Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira – FAMIFE, Miguel Pereira, RJ, Brasil.
E-mail: barilelu19@yahoo.com.br

2 Professora Me. do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira – FAMIFE, Miguel Pereira, RJ, Brasil.
E-mail: analuizadrlima@gmail.com

O Estado de Exceção nas Prisões Femininas no Estado do Rio de Janeiro: uma análise sobre políticas públicas e a ressocialização na população carcerária

Patrícia Laport¹; Maria Fernanda Ricci²

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade realizar uma análise acerca do cumprimento de pena das mulheres encarceradas no estado do Rio de Janeiro a fim de verificar se há ou não cumprimento dos direitos e garantias fundamentais, bem como dos direitos positivados pela Lei de Execução Penal para, ao final, entender se há ou não favorecimento à reeducação e reinserção social. Verifica-se que o número de prisões de mulheres cresceu em todo o país, inclusive no estado delimitado para estudo, porém, não há uma política pública voltada para o encarceramento destas pessoas, ao contrário, as unidades prisionais e suas regras são voltadas para os homens, logo, inexistente atendimento às qualidades e características específicas das detentas. Ademais, o perfil das mulheres que cumprem pena no estado fluminense demonstra a fragilidade das mesmas, vez que são jovens, de baixa escolaridade, condenadas por tráfico e com filhos. A maior parte não recebe visitas, o que as deixa ainda mais à mercê dos agentes prisionais. A presença de profissionais masculinos em contato com as detentas têm sido uma realidade, apesar de não ser legalmente permitido. Violência de várias espécies, tratamento desumano e degradante são práticas cotidianas e, embora não existam dados específicos sobre a reincidência criminal deste grupo de pessoas, pode-se afirmar que, com tamanha violação aos mais básicos direitos, a ressocialização é impossível, posto que, as condições em que as penas são cumpridas fazem com que as presas percam sua identidade e qualquer noção acerca de dignidade, transformando-as em pessoas endurecidas. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa qualitativa através de procedimentos documentais e revisão de literatura. De modo complementar fez-se uso dados quantitativos do Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade.

Palavras-chave: Prisões Femininas; Direitos das Mulheres Presas; Rio de Janeiro; Ressocialização.

1 Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: plapport@hotmail.com

2 Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil,
E-mail: mariafernandaricci@gmail.com

O Deferimento de Medida Liminar pelo Poder Judiciário: uma análise das fundamentações jurídicas das decisões sobre o ingresso no ensino superior no Brasil

Pedro Hugo Cadinha Deister Amancio¹; Gabriel Silva Rezende²

RESUMO: O artigo aborda a questão de alunos que buscam a inscrição no ensino superior antes de concluírem o ensino médio, mediante medida liminar. Muitas vezes, essas medidas são negadas pelos juízes em função de critérios objetivos, ignorando princípios constitucionais e da educação. O objetivo geral do estudo é compreender as fundamentações jurídicas que deferem ou indeferem o ingresso de jovens no ensino superior, refletindo também o motivo pelo qual ainda não há projeto de lei ou lei vigente que trate sobre a temática.

Palavras-chave: Matrícula; Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Medida Liminar.

1 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.
E-mail: hugodeister@gmail.com

2 Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

A Segurança Privada como Aliada ao Sistema de Segurança Pública no Combate à Criminalidade no estado do Rio de Janeiro

Sebastião Ignacio Filho¹; Anderson Rocha Rodrigues²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo verificar a contribuição que a segurança privada oferece para a segurança pública, principalmente no que reporta à queda dos níveis de criminalidade. Voltada para o Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa pretende demonstrar a efetividade da segurança privada no auxílio aos órgãos da segurança pública estadual, bem como seu crescimento, evidenciando que sua atuação minimiza as deficiências estatais e contribui para a diminuição da sensação de insegurança dos cidadãos. Não se pretende colocar a segurança particular em patamar superior aos órgãos estatais constituídos, ao contrário, objetiva-se confirmar que sua atuação auxilia e complementa o trabalho das forças de segurança pública. Por isso, é necessário estudar a forma de atuação da segurança privada, notadamente quanto à normas que devem seguir, bem como sua contribuição para a diminuição da criminalidade que cada dia mais assola o Estado. Para alcançar o objetivo a que se propõe, opta-se pela adoção do método hipotético-dedutivo que possibilita a averiguação da hipótese definida de maneira a confirmá-la ou não. Em não sendo, favorece-se a criação de uma nova hipótese. Como métodos procedimentais escolheu-se os métodos estatístico e funcionalista. A pesquisa documental será a técnica empregada, uma vez que permite a utilização de uma gama maior de material, incluindo-se aqueles que não possuem caráter científico, a exemplo das reportagens jornalísticas. Em relação aos materiais científicos, será dada preferência para os artigos científicos.

Palavras-chave: Segurança Pública; Segurança Privada; Criminalidade; Rio de Janeiro.

1 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

2 Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

Artigo 1.913 do Código Civil Brasileiro: uma análise para releitura coerente à lógica dos demais artigos e dos princípios sucessórios

Sergio Gonçalves Brito¹; Fernanda Caraline²; Rodrigo Ganhadeiro³

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo questionar a interpretação fluente de uma norma que, em tese, destoa do conjunto. Assim, propõe-se uma releitura inclusiva do artigo 1.913 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406, de 10 de janeiro 2002. Este artigo é reconhecido pela doutrina como uma exceção inusitada no ordenamento jurídico sucessório, porque contraria princípios e lógicas amplamente aceitos ao longo de todo Código Civil (CC). Este trabalho não tem a pretensão de confrontar os doutrinadores citados e respeitadamente estudados, tampouco seus seguidores. Menos ainda as decisões proferidas pelos tribunais superiores. Busca-se apresentar uma nova possibilidade de interpretação, a contrário senso, do ramo majoritário, sob o amparo de argumentos da formação lógica dos demais artigos e princípios do direito sucessório, vistos em conjunto e não somente na sua literalidade isolada. Entende-se, assim, que seria factível e atenderia ao objetivo real do legislador. Em que pese o texto legal permitir esses direcionamentos não consensuais, a exceção não encontra premissas nem comandos nesta direção. Tais interpretações se refletem no desejo último dos sucedidos e nos direitos de legatários, credores e herdeiros, que poderiam obter decisão judiciária, com a devida vênua, mais coerente, lógica e precisa. A metodologia utilizada foi pesquisa doutrinária entre os mais destacados autores brasileiros em diversos recortes temporais, comparando suas posições com os princípios sucessórios e os demais artigos do CC.

Palavras-chave: Código Civil; Direito Sucessório; art. 1.913.

1 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

2 Professora da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil

3 Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

Vítimas de Pedofilia Virtual: da responsabilidade dos pais

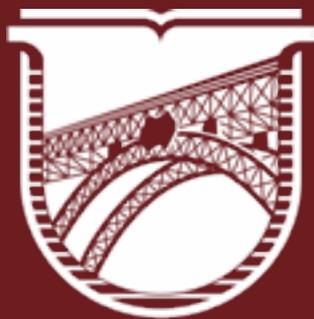
Tiago da Costa Ribeiro¹; Lorena Braga Raposo²

RESUMO: O presente trabalho tem por escopo estudar a possibilidade de responsabilização criminal dos pais quando os filhos são vítimas de crimes relacionados à prática da pedofilia no meio virtual. Embora as práticas pedófilas não sejam algo novo, tem crescido cada dia mais a preocupação em preveni-la e combatê-la. Contudo, não se pode esquecer que a responsabilidade não cabe somente ao Estado, mas também à família. É isto que dispõe a Constituição Federal. Enquanto ao Estado cumpre elaborar leis, investigar, processar, aplicar a lei e punir, aos pais cabe o exercício do dever de cuidado e vigilância, a educação, entre outros. Em uma sociedade marcada pela utilização da internet, os pais devem estar cada dia mais vigilantes, haja vista que este tem sido o meio mais utilizado para que abusadores e pedófilos pratiquem crimes ou atraiam suas vítimas. Portanto, o trabalho gira em torno de se saber se os pais podem ser responsabilizados quando faltam com o dever de cuidado e vigilância com seus filhos que vêm a ser vítimas de tão odiosos crimes.

Palavras-chave: Pedofilia; Internet; Responsabilidade dos Pais.

¹Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

²Professora da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.



FACULDADE DE
MIGUEL
PEREIRA